

-----ACTA N.º 007/2004-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS DEZASSATE DIAS DO MÊS DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUATRO-----**

-----Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte ordem de trabalhos:- **Período de Antes da Ordem do Dia - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Período da Ordem do Dia: 1.- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2005 ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 48.842,00 € (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois euros) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Análise, discussão e votação do Aditamento ao Regulamento e Alterações das Taxas da Biblioteca ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 4.- Análise, discussão e votação do Projecto de Reestruturação Orgânica e Alteração do**

Quadro do Pessoal, ao abrigo da alínea o), n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 5.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 6.- Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----Eram vinte horas e quarenta minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à Reunião. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, Manuel da Conceição Antunes Ribeiro, João Costa da Silva, Adriano Jorge Dias Rebelo, José António Machado Alcobia Fernandes, Rui Manuel Duarte Marques, Aurélio da Conceição Nunes, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, Aires Ferreira Graça, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, Carlos Manuel Garcia Ferreira, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES**: Eduardo José Ferreira Mendes, José Augusto da Silva Cruz e José Marques Nunes. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos senhores vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Manuel da Silva António, Carlos Alberto Mendes Martins e Carlos Ferreira Salgado. **Composição da Mesa da Assembleia Municipal**: Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Lopes Carraço, 1.º Secretário Eurico de Alcobia e 2.º

ACTA DE 17/12/2004

Secretário Aires Ferreira Graça. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal procedeu à leitura de uma carta do Deputado Municipal Eduardo Mendes.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro solicitou o uso da palavra para informar que o Deputado Municipal José Marques Nunes se encontrava doente, motivo pelo qual não estaria presente na sessão. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** Foram aceites os pedidos de justificação de falta por parte do Deputado Municipal Eduardo Mendes e do Deputado Municipal José Marques Nunes. -----

-----**ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** Colocada a apreciação a Acta da 4.^a Sessão Ordinária realizada em 24/09/2004, registaram-se as seguintes intervenções: -----

-----O Deputado Municipal João Costa no uso da palavra cumprimentou os presentes referindo em seguida que na página 12 da acta está exarada uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara e que, na altura, não exerceu o direito de resposta naquele ponto porque era um assunto que não tinha, de todo, cabimento na Assembleia. Como o assunto foi passado para a acta tem todo o cabimento agora esclarecer. São várias coisas que põem em causa a sua honorabilidade, a sua honra e a sua consideração. Esclareceu então que, em tempo útil, disse ao Sr. Presidente da Câmara que nunca seria candidato à presidência da Câmara enquanto ele fosse Presidente, e mantém isso. O que se passou entre si e o Sr. Presidente da Câmara, trata-se de uma carta que em tempo enviou a este, porque era o tesoureiro da Comissão política, e durante dois anos não foi capaz de dar seguimento aos estatutos do seu partido – PPD/PSD, não foi capaz de fazer um relatório de contas porque não havia movimento, não havia extracto de conta bancária. Quando deixou aquele

cargo, por seu pedido expresso, foi ao banco, retirou o seu nome de lá e verificou que efectivamente tinha sido enganado durante dois anos porque o Partido Social Democrata não tinha conta nenhuma, a conta era pessoal do Sr. Luís Ribeiro Pereira. Informou que no dia que deixar de detectar ilegalidades colabora nas coisas que são necessárias. O que se passou foi uma questão de dinheiro e não de apetência política. Na página 15 está exarada a moção de censura ao deputado Municipal João Costa que foi tentada votar na Assembleia Ordinária e não teve esse cabimento. Afirmou, sem nenhuma sombra de dúvida, é inteiramente responsável pelas suas declarações políticas para o bem e para o mal. Depois por sugestão da própria Câmara Municipal entendeu a Mesa que a proposta fosse retirada da ordem de trabalhos e agendada para votação na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. Era nesta Assembleia que isso devia ser feito e não numa Assembleia Extraordinária que nada tinha que ver com aquilo, em que foi introduzido, não um requerimento, mas uma moção de censura. Não pode concordar com o teor daquela situação e foi por isso que pediu a palavra e está inteiramente contra. Se o querem censurar apresentem uma moção de censura, mas não é aos Deputados, ou o fazem à Assembleia Municipal ou o fazem à Câmara Municipal. Começa a ser um sacrifício vir ali, mas virá sempre porque não fará a vontade, nunca, que o Sr. Luís um dia lhe pediu para ser ir embora do concelho. Não vai, é Ferreirense mesmo depois de morto. Estará ali até que fizer parte daquela Assembleia. Usará da palavra dentro dos termos do Regimento e dentro dos termos da Lei. Não alinha e não lhe peçam que pactue com ilegalidades.-----

-----**Colocada a votação a acta foi aprovada por 11 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra.**-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ACTA DE 17/12/2004

-----1.º Ponto:- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----O Deputado Municipal João Costa no uso da palavra informou que tinha uma convocatória do dia 9 de Dezembro, mas não tinha Ordem de Trabalho e, o art.º 16 do Regimento da Assembleia no n.º 1 requer que receba a Ordem de trabalhos com 8 dias de antecedência, e só a recebeu no dia anterior. Isso não está dentro dos parâmetros do Regimento. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se alguém recebeu atrasadamente a convocatória. Informou que esta foi enviada primeiro, e em seguida foi enviada a Ordem de Trabalhos que deve ser entregue até 48 horas antes. --

-----O Presidente da Câmara Municipal sugeriu que a Chefe de Divisão da Câmara Municipal, que estava presente na sessão, esclarecesse o assunto se assim o entendesse. -----

-----A Chefe de Divisão da Câmara Municipal esclareceu que, quanto à Ordem de Trabalhos, esta é recebida até 48 horas antes da reunião de acordo com a alteração da Lei n.º 5-A/2002. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu que lhe fizessem chegar a Lei, e enquanto aguardavam deu a palavra ao Dr. Barbosa.-----

-----O Dr. Barbosa interveio informando que habita numa casa arrendada à Câmara, no Bairro Social, que tem um regulamento próprio aprovado na Assembleia, do tempo em que foi construído. As situações entretanto alteraram-se e pensa que não faz muito sentido manter o mesmo tipo de regulamento. Aquilo que gostaria que a Assembleia se pronunciasse, depois de ter tido uma conversa informal com o Sr. Presidente e antes de, obviamente, seguir o procedimento normal, seria

ACTA DE 17/12/2004

sobre a possibilidade de adquirir a fracção que neste momento habita. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Dr. Barbosa, informou-o que nunca devia colocar aquela questão à Assembleia antes de a colocar à Câmara. Esclareceu em seguida que a Câmara não está interessada em vender a casa. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em resposta ao Deputado Municipal João Costa procedeu à leitura do n.º 2 do art.º 87 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Acrescentou que não ia discutir Leis. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva na sequência deste assunto informou que recebeu a convocatória com oito ou mais dias de antecedência, mas não recebeu mais nada, nem Ordem de Trabalhos nem documentação, pelo que extravasa em muito as 48 horas de antecedência. Em seguida perguntou o que é que o Presidente da Mesa pensava que um Deputado Municipal que não recebeu qualquer documentação a não ser a convocatória deve fazer. Perguntou se lhe iam retirar o direito que tem de se debruçar sobre o orçamento e de exercer conscientemente o seu direito de voto sobre qualquer outro dos pontos. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que, em seu entender, não votava nada que não conhecesse. Acrescentou que a Mesa não era culpada de ele não ter recebido a documentação uma vez que esta foi enviada para todos. Questionou, quem entre os presentes não recebeu a documentação. Lembrou que nesta época havia também o problema da greve e atraso no Correios que é independente da vontade de todos. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques no seguimento deste assunto informou que só naquele dia recebeu a documentação em sua casa. Na melhor das hipóteses terá chegado no dia anterior. Chamou a atenção para ao facto do documento ter sido

ACTA DE 17/12/2004

elaborado no dia 13 de Dezembro, ou seja há 4 dias atrás, portanto na melhor das hipóteses teria sido enviado nesse dia. Dados os documentos que são enviados para análise, em sua opinião e na qualidade de Deputado Municipal, também entende que é um tempo manifestamente curto para que possam proceder à análise, à discussão e depois poderem votar os documentos em consciência. Pela sua parte também terá que abster-se ou ausentar-se da votação. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro referiu que a afirmação de que os documentos têm que chegar aos Deputados Municipais com 48 horas de antecedência, era a informação que tinha, mas supõe que a Câmara tem que enviar à Assembleia com pelo menos 5 dias de antecedência, pelo que gostava de saber de quem era a responsabilidade daquela situação. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que a Assembleia teve os documentos desde Sexta-feira (dia 10) até Segunda-feira (dia 13). -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro retomou a palavra dizendo que o que pensa que diz a Lei ou o Regulamento é que a Câmara tem que enviar à Mesa da Assembleia com 5 dias de antecedência e que a Mesa tem que fazer chegar aos Deputados Municipais com 48 horas de antecedência. Pensa que se isto é assim deve haver uma carta registada, pois nesta Câmara toda a gente sabe que a documentação chega sempre à risca. Deixou um apelo para que nos futuros casos se faça um esforço para dar condições aos Deputados Municipais para colaborarem no sentido de desenvolvimento do concelho, conscientemente. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que pessoalmente não tem problema nenhum em fazer chegar a documentação mais cedo, e julga que a Câmara também não. Se calhar era necessário também que o

executivo da Câmara modifique o seu comportamento a nível das próprias reuniões e antecede-las um pouco, pelo menos nestas épocas. -----

-----O Deputado Municipal João Costa solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em resposta ao Deputado Municipal que o antecedeu procedeu à leitura do n.º 2 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Em seguida lembrou que numa sessão anterior todos concordaram que a convocatória deveria ser enviada mais cedo que a Ordem de Trabalhos para as pessoas, de acordo com a sua vida, saberem com mais antecedência a data das sessões. -----

-----Não havendo mais intervenções a registar o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou de imediato ao Período da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto:- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2005 ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----O Deputado Municipal José António Fernandes solicitando o uso da palavra informou que analisou as Grandes Opções do Plano para 2005 e achou interessante a prioridade que foi dada à Cultura, Desporto e Tempos Livres. Congratulou-se com a sensibilidade que a edilidade está a ter nesta área. Referiu que a construção do Edifício Sócio-Cultural, que já viu em maqueta, vai de facto ficar

excepcional e com óptimas condições. Quanto ao que a Câmara pensa fazer em 2005/2006 perguntou se esta está sensibilizada para o Campo de Futebol com sintético ou com relvado e com uma respectiva pista de atletismo. Neste momento o concelho começa a merecer infraestruturas de acordo com a capacidade de resposta que os jovens estão a dar nas mais diversas vertentes. Quanto ao Court de Ténis e Pista de Desportos Radicais foi de opinião que seriam uma prioridade depois das outras infraestruturas básicas já estarem implementadas. Quanto ao Lagar de S. Guilherme pediu que a edilidade explicasse o que pensa fazer naquela zona turística de acordo com o dinheiro a ela afecto. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro começou por dizer que ia estar na discussão do Plano e do Orçamento, pois vai ajudá-lo ouvir algumas análises e alguns comentários que não teve, de facto, tempo de verificar. Na ultima Assembleia Extraordinária percebeu que é preciso ter cuidado quando se votam as coisas ao ponto de se verificar se estão a votar caixilhos brancos ou não, sob pena de depois assumirem responsabilidades porque aprovam e portanto, reconheceu que tem que ser mais cauteloso. Quando o Plano e o Orçamento forem votados vai ausentar-se porque por falta de tempo e talvez por incapacidade própria não se sente preparado para conscientemente e sem ter que levar uma critica daqui a 6 meses ou 1 ano, votar. Mesmo assim verificou, na página 11, que 64% do investimento do Grandes Opções do Plano eram para 2005. Depois verificou num gráfico de barras que estava 2004 em baixo, pelo que perguntou se aquilo estava bem. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu de imediato que era um erro na data do gráfico. Refere-se a 2005.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que concordava plenamente com o que disse o Deputado Municipal José António Fernandes em

ACTA DE 17/12/2004

relação à parte cultural e desportiva. Fez referência ao novo Campo de Futebol de Alvaiázere, que em sua opinião está muito bom. Quanto às infraestruturas da Zona Industrial pediu esclarecimentos sobre o problema ligado a esta. Congratulou-se pelo facto de se apostar em 20 novos projectos num ano, em 117 de 2005 a 2008. Em relação ao ambiente, já ali foi dito que a Câmara de Ferreira do Zêzere está a apostar em todos os sistemas de saneamento nas zonas mais próximas do rio, mas continua a lembrar o Sr. Presidente, o favor de não se esquecer de fazer projectos globais para que não seja só este concelho, nesta extensão tão grande da bacia hidrográfica, a investir neste projecto de saneamento. Se for necessário a Assembleia elaborar algum documento de reforço às posições do executivo para que os outros concelhos também participem neste “projecto global” era bom. Quanto à avaliação de recursos, na receita corrente, nos impostos directos é interessante verificar as subidas e as descidas que houve. Salientou a questão do tráfego sendo de opinião que seria importante fazer-se um levantamento de tráfego nas consideradas “espinhas dorsais” do concelho, antes de deliberar em definitivo quais as prioridades rodoviárias, pois ajudaria a que se percebesse a aplicação das verbas nos projectos. Em relação à ocupação da via pública verificou que no mesmo período de 2004 houve zero de euros de cobrança, pelo que questionou acerca disto.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço em relação ao plano de actividades para 2005 referiu que o problema é um problema já velho, lembrando que quando tomaram posse disse ao Sr. Presidente que este estava de costas para com a freguesia de Ferreira, ao que este lhe respondeu que esquecesse. Esqueceria se houvesse uma postura diferente desde então, mas o Presidente continua sem despir a camisola. Recordou as palavras do então Presidente da Mesa da Assembleia aquando da tomada de posse. Desde que tomaram posse foi feito o Salgueiral, que

ACTA DE 17/12/2004

ainda está por acabar, conclui-se a obra da Bela Vista ao Freixo, que também ainda não está de todo concluída e para 2005 pediu que lhe esclarecesse se o Maxial ía ou não ser alcatroado. Também está no plano de actividades a estrada de Casais para o Alto das Sesmarias, e pediu esclarecimento em relação à Bairradinha, se esta estrada pertence à Câmara de Ferreira do Zêzere ou de Tomar e, se é Tomar porque é que Ferreira vai intervir nos arruamentos em Bairradinha. Sobre o Salgueiral lembrou que foi prometido a algumas pessoas que o caminho pedonal que vai ter a casa do Deputado Municipal José António iria ser arranjado. -----

-----O Deputado Municipal Agostinho da Cruz alertou para o facto do saneamento, uma vez que a freguesia do Bêco também confina com o Zêzere desde Dornes até à freguesia da Arega, concelho de Figueiró dos Vinhos. E quase todos os lugares vão deitar para o Zêzere, com excepção do Vale da Carreira. Pediu para não ser esquecido o saneamento nesta freguesia. -----

-----O Deputado Municipal João Paulo Henriques questionou sobre o saneamento e referiu que nas Grandes Opções do Plano constam só os arruamentos em Mourolinho e não sabe se está integrado na conservação e manutenção das vias municipais. -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo referiu que, para si não era de modo algum fácil falar sobre as Grandes Opções do Plano, todavia se analisassem o número dos projectos de investimento por objectivos verificam números percentuais que podem eventualmente ser chocantes, nomeadamente turismo e defesa do ambiente. Lidos assim a sangue frio parecem estranhos, todavia não lhe parece que sejam porque no que diz respeito a turismo foi de opinião que será melhor continuar a preparar o concelho para receber turismo de verdade, ou seja uma unidade hoteleira condigna, acessibilidades, por exemplo a exploração do outeiro de São

Pedro, entre outras coisas. Pensa que o que se está a fazer se está a fazer bem, e que é bom que haja uma certa celeridade na conclusão dessas obras. No que diz respeito à defesa do meio ambiente viu dois projectos que lhe parecem extraordinários. Verificou que está prevista a compra de máquina para recolha dos resíduos sólidos e uma máquina de lavagem de contentores que ajudam na defesa do ambiente. No campo de acção social a verba inscrita aumentou. Infelizmente o País está muito carenciado e também Ferreira do Zêzere tem carência pois se não tivesse a sensibilidade de quem dirige não teria aumentado a verba. O que gostaria era ver uma verba mínima, sinal de que não havia famílias carenciadas. Todavia louvou a sensibilidade de quem assim decidiu porque com certeza sabe que alguém necessita daquele apoio. -----

-----O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal relativamente às Grandes Opções do Plano, e de uma forma global, concorda com o documento, no entanto relativamente à especialidade, percebe que todas aquelas coisas não se fazem num ano e tem perfeita noção das dificuldades em fazer determinadas coisas. Congratulou-se porque naquele Plano estão contempladas coisas extremamente importantes, como apoio à terceira idade e às crianças e também existe uma série de projectos que poderão desenvolver o concelho. No entanto, não viu e gostaria de ver, em próximos planos e orçamentos, verbas mais significativas para a área do Turismo para a criação de infraestruturas. Há que aproveitar cada vez melhor a Albufeira do Castelo do Bode. Toda a zona marginal carece alguma atenção e cuidado que possa atrair turistas, através da criação de melhores infraestruturas, que permitam a existência de um circuito turístico e para, em alguns lados, fixar algumas pessoas. Congratulou-se pelo facto da Câmara ter uma situação económico-financeira muito boa, facto pelo qual felicitou o executivo. Referiu a necessidade do campo de futebol

ACTA DE 17/12/2004

e pista de atletismo. Sabe que tudo não pode ser feito ao mesmo tempo dadas as limitações existentes, mas deixou a sugestão para que se possa cada vez mais ir melhorando o desenvolvimento. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões entretanto colocadas, saudou o Dr. José Gaio do Jornal “O Templário”, e agradeceu a sua presença. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Deputado Municipal José António Fernandes informou que o Campo de Futebol referido, infelizmente, ainda não era o Campo de Futebol que gostariam de ter. A grande aposta, para 2005, porque finalmente têm resolvidos os problemas dos terrenos da Zona Industrial, tem que ser mesmo esta e, também porque em 2006 ficarão prontos os acessos a Ferreira do Zêzere. Vão abrir propostas ainda neste mês de Dezembro para a totalidade das infraestruturas. A partir daí a obra ficará pronta para serem vendidos, ou cedidos ou dados os lotes. Vai depender do Regulamento para a cedência dos lotes, próximo trabalho a fazer. Quanto ao Lagar de S. Guilherme pretendem dotar o edifício de condições para que o possam concessionar. A preocupação com o ambiente e o saneamento tem sido uma constante, e o apelo a projectos inter municipais seria o ideal. Eles acontecem, embora no saneamento, não lhe pareça possível. Quanto ao tráfego achou boa a sugestão acrescentando que podem fazê-lo nas estradas municipais porque nas nacionais a Junta Autónoma e o Instituto de Estradas o faz. Quanto ao despir da camisola está de consciência tranquila, a não ser que o Deputado Municipal Manuel Lourenço considere que a sede do concelho não é freguesia de Ferreira. O essencial para fazer uma obra é que ela conste, e é o caso do Maxial. Bairrada e Bairradinha é a Câmara de Tomar, há conversações e portanto esta vai pagar a sua parte. Alguém tinha que assumir a obra. Ao caminho pedonal do

ACTA DE 17/12/2004

Salgueiral com certeza que vão dar um jeito, porque não estava previsto nos trabalhos. É um serviço que tem que ser feito manualmente, pelo pessoal da Câmara. Estão a avançar com projectos de saneamento para todo o concelho. Para o Deputado Municipal João Paulo informou que tinham a revitalização e estava naquele momento o Sobral e o Mourolinho. A viatura para limpeza dos contentores, sem duvida nenhuma faz falta. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que se ia proceder à votação do ponto 1 do período da ordem do dia. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva interveio dizendo que não ia votar aquele documento e achou uma profunda falta de respeito para com os Deputados Municipais enviarem a documentação em cima da hora, ou no seu caso nem sequer a terem enviado. Ou isso acontece por incompetência ou acontece por má fé. Espera que tenha sido por incompetência.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu que não aceitava uma coisa nem outra.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal disse que também não aceitava e que os documentos saíram todos na Segunda-feira para toda a gente. -----

-----O Deputado Municipal João Paulo Henriques solicitou o uso da palavra para informar que recebeu a documentação em sua casa na Quarta feira há hora de almoço. -----

-----O Deputado Municipal João Costa usou a palavra para dizer que, uma vez que também não recebeu os documentos atempadamente com o mínimo de 48 horas, e não leu daí que, para não votar contra ausenta-se também, porque não está munido, de acordo com a Lei dos documentos que lhe habilitassem a fazer a votação.-----

-----Ausentaram-se no momento da votação do ponto 1 da Ordem de Trabalhos

ACTA DE 17/12/2004

os deputados Municipais da Bancada do PS e o Deputado Municipal João Costa da Silva do PSD. -----

-----Analisadas as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento da Câmara para o ano económico de 2005 a Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade** aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento da Câmara. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém se opunha a que os pontos aprovados, nesta sessão, fossem também aprovados em minuta. Ninguém se opôs. -----

-----2.º Ponto:- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 48.842,00 € (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois euros) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro a propósito deste ponto lembrou que já na ultima Assembleia votaram um pedido de autorização para continuação do endividamento e já nessa Assembleia referiu que os futuros executivos vão ser executivos de gestão porque só vão ter orçamento para ir pagando as dividas assumidas durante 15 anos e com prazo de carência de 3 anos. Pensa que para si basta porque se o endividamento continua os outros depois não têm capacidade de endividamento e não podem fazer nada. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva ausentou-se da sala no momento da votação, assim como fez em todos os pontos seguintes que foram a votação. -----

-----Analisado o pedido de autorização solicitado pela Câmara Municipal para contracção de empréstimo no valor de 48.482,00 € (quarenta e oito mil quatrocentos

e oitenta e dois euros) a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 13 votos a favor, 0 abstenções e 6 votos contra** autorizar a contracção do referido empréstimo. -----

-----**3.º Ponto: - Análise, discussão e votação do Aditamento ao Regulamento e Alterações das Taxas da Biblioteca ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----Não havendo intervenções neste ponto passou-se de imediato à sua votação.

-----Analisado o pedido de Aditamento ao Regulamento e Alteração das Taxas da Biblioteca a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 13 votos a favor, 5 abstenções e 1 votos contra** aprovar o referido Aditamento ao Regulamento e Alteração das Taxas da Biblioteca. -----

-----**4.º Ponto: - Análise, discussão e votação do Projecto de Reestruturação Orgânica e Alteração do Quadro do Pessoal, ao abrigo da alínea o), n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo referiu saber que há quem assista à Assembleia Municipal e não verificou nenhuma alusão à Assembleia Municipal no documento em causa pelo que questionou o assunto.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que verificou que alguns profissionais que vão cair naquele organigrama são engenheiros e outros são engenheiros técnicos. Acha bem que se definam, mas não viu nem advogados, nem economistas nem viu a definição de outras profissões. Em seguida referiu que existem três divisões e que na segunda (urbanismo, obras municipais e ambiente) também não viu nenhum arquitecto. Perguntou em seguida se os chefes de divisão

não necessitam de definição, se pode ser um indivíduo licenciado em letras com um curso de 6 meses em qualquer coisa e de uma cor qualquer a ser chefe de divisão. Depois verificou a existência de um arquitecto. Quanto ao organigrama verificou que o Presidente da Câmara não dirige directamente os serviços é sempre através da vereação, pelo que questionou se era mesmo isso. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques elucidou que estava a discutir este ponto embora mantenha a observação que fez inicialmente da falta de tempo que teve para a análise dos documentos. O que pretendeu saber, uma vez que se prende com um projecto de reestruturação orgânica e alteração do quadro de pessoal, é quais são as razões em que assenta este projecto, e quais as necessidades sentidas para que ele seja implementado. Disse que o ao organigrama que aparece não chamaria organigrama, pois estava ali um quadro que dava para ver uma certa estrutura de funcionamento, mas em sua opinião não está suficientemente claro para se entender, uma vez que não aparece com organigrama tradicional ou seja o organigrama enquadrado. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abordou a questão dizendo que fez um estudo comparativo do concelho de Ferreira do Zêzere com outros dois concelhos, para verificar se de facto o concelho de Ferreira do Zêzere andava bem ou não neste aspecto. Quando foi vereador a Câmara de Ferreira do Zêzere não tinha engenheiros nem arquitectos e disse que não foi bom nessa altura, mas também disse que, em sua opinião, os senhores engenheiros e os senhores arquitectos e outros técnicos superiores por vezes julgam que são mais necessários do que na realidade o são pois muitos deles se perdem na burocracia dos gabinetes. Do estudo que fez verificou o tempo médio que demoravam os documentos, especialmente as licenças ligadas a obras nos dois concelhos e nos dois deles, apesar de terem mais do dobro

dos funcionários, o tempo de despacho normalmente é o dobro ou o triplo do que em Ferreira do Zêzere. Apesar da Câmara ter tão poucos funcionários, estes são de facto bons. Isto não quer dizer que a Câmara de Ferreira do Zêzere continue agarrada a este número restrito de funcionários, pelo que acha bem que a Câmara queira passar para 262 funcionários embora, como é evidente, não sejam esses lugares todos ocupados ao mesmo tempo, mas com certeza ao longo de um período médio. Disse que havia um querer tapar do sol com a peneira por parte deste e de outros Governos, que é o trabalho de estagiários, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional a quem se paga pouco para que façam o trabalho de funcionários. Em sua opinião o quadro de pessoal em causa está muito bem organizado e deve ser aprovado. -----

-----O Deputado Municipal João Costa chamou a atenção para o n.º 2 do artigo 49.º da Lei da Autarquias Locais do qual procedeu à leitura. Em seguida leu também o artigo 88.º da mesma lei. Foi de opinião que naquela sessão se estavam a tratar de pontos que não tinham cabimento ali de acordo com o que acabara de ler. -----

-----O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal a propósito deste ponto referiu que lhe parecia importante a definição de duas coisas. Uma é um projecto de reestruturação orgânica e que tem anexo um organigrama da Câmara e de todo o seu pessoal onde existe o disciplinar das tarefas e cada um sabe aquilo que faz e onde está colocado. Outra coisa é o quadro de pessoal em si que tem a definição dos sectores de actividade permitindo ver em várias áreas, a ascensão das pessoas aos vários lugares. Considerou este trabalho um trabalho bem feito porque a existência de um organigrama não é mais nem menos de que criar um instrumento que permita de forma disciplinada a todos saber aquilo que fazem e as carreiras que têm. Não é obrigatório o preenchimento de todas as vagas criadas. Daí que, com muito gosto,

ACTA DE 17/12/2004

votará favoravelmente este projecto. -----

-----O Vereador Carlos Ferreira Salgado solicitou o uso da palavra a qual lhe foi concedida. Explicou que os Vereadores da oposição também tiveram a sua interveniência neste trabalho. Há uma parte política que é da Câmara até à vereação e depois segue-se a parte administrativa. Há três divisões que pensa serem essenciais numa Câmara como esta. O que existia, diziam humoristicamente, era uma organização desorganizada. Desde o início do mandato chamaram a atenção para alterarem e corrigirem estes erros na organização do serviço. O projecto foi a uma reunião de Câmara com uma dimensão que, para eles, não estava correcta e, de bom senso o executivo, reviu toda a situação. A preocupação dominante é que não se fizesse um quadro de pessoal personalizado. De acordo com o que disse o Presidente da Mesa o pessoal que existia na Câmara fez o seu trabalho e foi um trabalho penoso, com sacrifício da parte deles, e quando isto acontece pode não ser muito rentável, pelo que foi nesta perspectiva que sempre chamaram a atenção para rever toda a situação. O primeiro quadro que foi a reunião de Câmara era incompatível com o concelho, era demasiado ambicioso. Então chegaram a um consenso e foram para um quadro intermédio. Chamou a atenção para a divisão sociocultural, em que há estruturas feitas, e onde tem que haver conexão entre o pessoal. Aqui de facto tiveram uma acção participativa, votaram conscientes e houve um clima de bom senso na discussão daquele organograma. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Vereador Carlos Salgado e acrescentou que, lendo as actas das reuniões do executivo, já há muito tempo que tem a noção de que os Vereadores da oposição estão na Câmara numa oposição construtiva. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal referiu que era evidente que os

ACTA DE 17/12/2004

Vereadores da oposição colaboraram, mas que não se ficasse com a ideia que era tudo só deles. Houve um trabalho conjunto dos políticos e dos funcionários. Explicou que o primeiro organograma que foi a reunião, o que tinha a mais de custos eram dois chefes de divisão. Até à aprovação deste quadro de pessoal lutaram com muitas dificuldades e acha que exigiu demasiado aos funcionários, pelo que deixou uma palavra de apreço a todos eles. Em termos de trabalho feito, aproveitamento de fundos comunitários e desenvolvimento do concelho pensa que conseguiram fazer o mesmo que outros concelhos, com mais pessoal fizeram. Com este novo quadro de pessoal todos irão ficar mais bem servidos. Em relação à Assembleia Municipal, são os serviços administrativos da Câmara que continuarão a assistir este órgão. Quem dirige os serviços são os chefes de divisão. O Presidente depende da Câmara e o resto dos serviços dependem do Presidente da Câmara. Discordou um pouco com a desorganização referida pelo Vereador Carlos Salgado, dentro do pessoal que têm, se se colocarem ao lado das Câmaras que o Presidente da Mesa referiu que têm o dobro do pessoal e quatro mil habitantes. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro no seguimento deste assunto, lembrou que já foi vereador desta Câmara e foi de opinião que a reestruturação era absolutamente necessária. Não decidir é pior que decidir mal, e não quer com isto dizer que a reestruturação está mal feita ou não está. Em seguida disse que não fazia política porque não tem nenhum partido político, é independente e por isso mesmo nem sequer participou nesta reestruturação. Congratulou-se com todas as pessoas que colaboraram naquela reestruturação, porque não fez falta, e portanto ninguém o abordou para discutir o assunto, teve pouco tempo para olhar para o documento e do pouco tempo que olhou fez dois ou três reparos. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques ficou bem mais elucidado do que se

ACTA DE 17/12/2004

estava a passar depois de ouvir o Vereador Carlos Salgado. Também está de acordo com a reestruturação pois pensa que é sempre bom quando se avança. No entanto não percebe, no organigrama, como é que aparecem secções niveladas com sectores.

-----O Presidente da Câmara Municipal explicou que os sectores são a parte técnica e as secções são a parte administrativa.-----

-----Dado por esgotado este ponto foi o mesmo colocado a votação:-----

-----Analisado o Projecto de Reestruturação Orgânica e Alteração do Quadro de Pessoal a Assembleia Municipal deliberou **por maioria com 14 votos a favor, 4 abstenções e 1 votos contra** aprovar o referido Projecto de Reestruturação Orgânica e Alteração do Quadro de Pessoal. -----

-----**5.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----Deputada Municipal Isabel Baptista relativamente às obras em curso viu referida a revitalização da sede de Freguesia de Pias pelo que questionou, em termos de prazos, para quando está prevista a conclusão desta obra. Questionou ainda se existem trabalhos a mais, pois, nota-se que já houve trabalhos feitos que depois foram refeitos e, mesmo assim, verifica-se que há situações em que as águas pluviais podem não estar a ser tidas em conta. Pensa que talvez falem muros de suporte. Perguntou também se na revitalização também iam incluir a parte de designação de ruas e números de polícia. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em relação a este ponto, foi de opinião que este relatório da actividade Municipal espelha o esforço que a Câmara tem feito em várias áreas, mas ao ler “deliberado a assinatura do protocolo

com o Centro de Estudos de Arte e Arqueologia de Instituto Politécnico de Tomar” lembrou-se de comunicar que há tempos escreveu ao executivo em relação à Casa do Adro e alvitrou que àquele espaço se desse o nome de “A Casa das Artes e dos Ofícios”. Ficaria ali bem o reviver dinâmico de todas as artes ditas ancestrais do Concelho de Ferreira do Zêzere. O relatório só peca por ser pouco, porque pensa que a Câmara está a fazer mais. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Deputada Municipal Isabel Baptista referindo que com as obras que estavam a fazer não lhe parecia que houvesse mais problemas com as águas pluviais. Trabalhos a mais há, mas ainda não tem conhecimento da quantidade. Com a introdução de trabalhos a mais, o prazo vai ser prorrogado mas pensa que não estará para prolongar muito tempo. Quanto aos nomes de rua e números de polícia a Junta de Freguesia terá de solicitar à comissão para avançar. Recebeu a carta do Presidente da Mesa sobre a Casa do Adro, está à espera de uma outra proposta e a Câmara também está a elaborar as suas ideias para aquele local. -----

-----Não havendo mais intervenções a registar passou-se ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----

-----6.º Ponto: - Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ao qual questionou quando é que seria realizada outra sessão da Assembleia fora da sede do Concelho, uma vez que desde a primeira vez que isso aconteceu já passou um ano. Perguntou se ele desistiu de continuar a levar as sessões da Assembleia para fora da sede do

ACTA DE 17/12/2004

Concelho. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em resposta agradeceu o facto do Deputado o ter lembrado deste assunto referindo que “dava a mão à palmatória”. Irá marcar com o Sr. Presidente da Câmara e com os Vereadores uma reunião noutra freguesia. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço retomou a palavra dirigindo-se agora ao Presidente da Câmara Municipal. Começou por perguntar em que situação se encontra a Quinta do Adro uma vez que na Assembleia extraordinária realizada em Junho não foram visitar o interior da casa porque as pessoas ainda se encontravam lá. Questionou em seguida porque motivo não avançaram já os arranjos da Vila no seguimento da entrega dos antigos Paços do Concelho, uma vez que estava previsto para depois da entrega da chave do mesmo o começo das obras. Passados seis meses nada foi avançada, pelo que pretendeu saber porquê. Foi-lhe dito pela professora da escola primária de Pardielas que durante as férias de Verão a única coisa que foi arranjada na escola foram os estores. Em relação à escola P3 foi-lhe dito pela professora que a rede que está nas traseiras da escola com uma altura para baixo, de 4 metros, pode originar uma situação muito perigosa para os miúdos. Outro problema que surge com frequência é o aparecimento da água barrenta facto que já foi comunicado ao Agrupamento de Escolas. Em relação à situação do Salgueiral, agradeceu à Câmara o facto de ter concretizado a obra, apesar de ser tarde. Ouviu as reclamações dos munícipes e fê-las chegar a quem de direito, nomeadamente ao Eng. Campelo e o Vereador Jacinto. Ficou o problema por resolver de uma vala que ficou aberta e que representa um perigo. Outra situação que se prende com esta obra e que questionou foi o que é que os munícipes da freguesia das Areias têm a menos que os da freguesia de Ferreira uma vez que não

ACTA DE 17/12/2004

foram informados da obra que anda a decorrer nas Gontijas ou seja, a Câmara teve o cuidado de avisar os munícipes de Ferreira que a obra é da responsabilidade da Câmara Municipal. Parece-lhe que há um tratamento diferente em relação à sua freguesia. Foram colocados quatro placares nas entradas principais do Salgueiral a anunciar a obra. Nas Gontijas nada disso foi feito. Em sua opinião algo não se enquadra bem e não é honesto porque o tratamento não é igual. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques interveio perguntando qual o ponto de andamento do Plano Director Municipal. No seguimento da intervenção do Deputado Municipal Manuel Lourenço, que já anteriormente tinha referido algum sentimento de discriminação por parte do executivo da Câmara, agora focou um ponto que realmente lhe parece estranho, parecem coincidências a mais. È de bom tom que o executivo olhe para todas as juntas de freguesia e as trate de igual modo. O que o Deputado acabou de descrever pode parecer intencional, o que não é agradável. Do ponto de vista funcional as juntas têm todas o direito a um tratamento rigorosamente igual. Parece-lhe que o Deputado Lourenço começa a apresentar demasiados factos que poderão levar a pensar que poderá haver alguma intenção por parte do executivo. Gostava que o Sr. Presidente deixasse este assunto bem claro.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro no uso da palavra sugeriu que, no futuro acesso que é a ligação da Vila ao IC3, fosse criado um espaço num dos lados lateral idêntico ao que há entre a Marinha Grande e São Pedro de Moel, que é uma zona pedonal também para os ciclistas se deslocarem, que tem uma pequena protecção em relação à via dos automóveis. Em seguida referiu-se à limpeza dos caminhos florestais e disse que verificou que arrancam os marcos. Perguntou se a Câmara vai mandar o topógrafo ao local para definir em que sitio é que é o marco ou se têm que ser os proprietários, entre si a colocar os marcos. A máquina passou nas

ACTA DE 17/12/2004

estradas mas em sua opinião estas não estão em condições para um carro dos Bombeiros passar. Fizeram ruas e arrastaram pinheiros dos vizinhos e colocaram na propriedade do outro ao lado. Questionou se alguém fazia a recepção daquele trabalho. Em seguida fez referência ao largo junto ao restaurante do Sr. Penim, que durante a noite está sempre às escuras e, não percebe porquê. As novas urbanizações têm iluminação e aquele largo que é grande e onde muitas vezes até se parca, está sem iluminação. Tem duas empenas que poderiam levar dois candeeiros provisoriamente ou definitivamente. Pensa que poderá haver um motivo, que é o facto daquilo ser uma vergonha que ali está há anos, com tijolos à mostra e a esquina do mercado, mas podem sempre colocar um placard a fazer publicidade como os autarcas de Lisboa fazem à frente das barracas. Quanto ao Terminal de Camionagem está aprovado há seis anos, o Governo dava 90% e o projecto demorou seis anos a fazer e, olhando para a obra questionou se daqui a uns anos não será pequena, e se terá sido por falta de espaço. Perguntou também o que é que se pensa fazer do antigo matadouro e porque é que não foi utilizado para o Terminal de Camionagem. -

-----O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço começou por agradecer ao Deputado Municipal Manuel Lourenço pelas preocupações em relação à sua freguesia e esclareceu que se tratava de uma obra camarária. Lembrou o Presidente da Câmara de que em 1999 enviou uma petição à Câmara a solicitar um raid de protecção na Estrada 348 do Tojal, em frente ao Casal Novo e a resposta que obteve foi que não havia dinheiro na altura, tinham feito uma candidatura e mais tarde falariam no assunto. Entretanto passou na estrada da Horta da Coelha onde viu umas centenas de raides de protecção. Acha muito bem que lá estejam, no entanto chamou a atenção novamente para a estrada 348, que é perigosa e onde já aconteceram vários acidentes. Posteriormente à queda de uma viatura neste local, em Abril do corrente

ACTA DE 17/12/2004

ano, foi feito um abaixo assinado pelas pessoas ali da área que tomaram a iniciativa de solicitar o mesmo e até à data nada foi feito. Chamou também a atenção para a estrada que vai das Gontijas pela Ponte de Tabuado, que se encontra em péssimas condições de asfalto e é altamente perigosa precisando também de raides de protecção. -----

-----O Deputado Municipal Adriano Rebelo no uso da palavra pediu que lhe fosse esclarecido o procedimento necessário para a realização de queimadas, uma vez que, quando o assunto foi abordado na sessão extraordinária, não ficou com a percepção exacta de como as coisas se processam. Procedeu à leitura de alguns artigos do regulamento que regula a realização de queimadas e respectiva taxa. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço em resposta do Deputado Municipal Fernandinho Lourenço disse que sabia que a obra era da Câmara, alias o Vereador Jacinto tinha-lhe garantido que as únicas obras aceites eram a das Gontijas e a do Salgueiral. Quando se referiu ao assunto foi para que de facto houvesse um pouco mais de coerência por parte do Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio procedendo à leitura de uma proposta subscrita por si e pelos Deputados Municipais Adriano Rebelo, Eurico Alcobia, Aires Graça e Agostinho da Cruz : “ Há anos que as crianças que frequentavam as instalações da Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Zêzere não possuíam instalações dignas. Professores, técnicos e demais pessoal não tinham possibilidade de dar o seu melhor por falta de condições. A inauguração das novas instalações da Santa Casa da Misericórdia dotou o concelho de um complexo muito satisfatório para não dizer exemplar no que se refere ao que melhor temos, as crianças. Estas novas instalações revelam bem todo o trabalho desenvolvido por um grupo de pessoas que tudo têm dado a esta causa tão

dignificante. Assim, propomos um voto de louvor a todos os elementos dos corpos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Zêzere e a todos os funcionários.”-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio dizendo que teve pena de não poder ter votado a favor também quando a Santa Casa da Misericórdia tomava conta do Centro de Saúde e lhe foi dito muitas vezes que aquilo era uma entidade privada. De facto pediu muitas vezes à Câmara que arranjasse aquele pavimento e pelo menos o gradeamento e foi-lhe sempre dito que era uma entidade privada. Todos sabem quem são os corpos sociais, ainda bem que são, porque estas sinergias da Câmara com as Associações quer sejam dos Bombeiros, que também fizeram uma grande obra. Evidentemente os corpos sociais são os elementos da Câmara Municipal, e na Santa Casa da Misericórdia o Presidente da Câmara é o Provedor, pelo que sugeriu que de futuro os Presidentes de Câmara sejam também presidentes dessas “coisas” porque é a melhor maneira delas funcionarem. Portanto vai votar a favor, sendo de opinião que fizeram um bom trabalho. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e referiu que nas listas, quando há eleições, qualquer um se pode propor e é com muito gosto que um dia fará uma proposta também, se o Deputado que o antecedeu for director de uma colectividade destas. O que interessa é que a obra fique e seja benéfica. Em seguida colocou a votação esta proposta. -----

-----A Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por informar que começaram a limpar o exterior da Quinta do Adro e a ter algum cuidado com o interior mas ainda muito pouco, até porque há as ideias para a ocupação. Há também uma ideia para ver se vão lá cantar os Reis, para se começar a

dar vida aquele espaço, que é património de todos. Quanto aos arranjos exteriores do edifício dos Paços do Concelho, já houve um projecto aprovado, muito circunscrito ao edifício, mas entretanto acharam por bem que se fizessem obras mais profundas que se identificassem com o que se fez do outro lado, e é isso que vai acontecer. Quanto à colocação da rede na escola de Pardielas, ela faz lá falta, e vão proceder de facto à sua colocação, embora o ideal fosse grade. Em relação à água barrenta, estão a falar de tubagem galvanizada, mas se deixarem correr um bocado pensa que isso passa. Se não conseguirem resolver de outra forma poderão pensar em meter tubagem exterior, caso ela não seja já exterior. Na P3 vão proceder à reparação. Quanto às placas, todas as obras precisam da identificação. Na do Salgueiral elas não foram colocadas logo no início e nas Gontijas vão ser colocadas como é obrigatório. Nalguns casos, se calhar, não o fizeram, mas principalmente as que são dos fundos comunitários são obrigados a fazê-lo. Não adianta estar a dizer que discrimina ou não discrimina porque não consegue mudar a opinião do Deputado Municipal Manuel Lourenço. Relativamente ao PDM fizeram há cerca de três semanas a última reunião e a grande questão prende-se com a indecisão em relação ao traçado do IC3. Não estão parados, estão a ser discutidas as alterações da parte da REN e da RAN, está a ser feito todo o trabalho de gabinete que é a fundamentação para a presidência da comissão de acompanhamento no sentido de lhes fazer ver que aquelas áreas que estão a defender são necessárias e justificam-se. Começou já na última reunião a ser questionada toda a malha que a Câmara está a defender. Já estão a considerar demasiado e a questionar o porquê de quererem construir ao longo das estradas. A fundamentação, como é evidente, é que existem lá as infraestruturas. No entanto não há nada em definitivo. Em relação ao IC3 a informação que tinha era que no 1.º trimestre de 2005 estaria pronto o estudo para consulta pública. -----

ACTA DE 17/12/2004

-----O Deputado Municipal Rui Marques no seguimento deste assunto perguntou se a variante a Ferreira do Zêzere já estava adjudicada. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra informando que sim e que tudo indicava que fosse concessionada ainda este ano. Quanto aos marcos arrancados disse que se eram do Deputado Municipal Antunes Ribeiro, para este informar a Câmara, porque os topógrafos com as cadernetas conseguem colocá-los com exactidão. É uma obrigação da Câmara. A falta de iluminação junto ao restaurante do Sr. Penim é verdade mas, está em adjudicação o caderno de encargos e as obras vão também começar ali. A Direcção Geral dos Transportes Terrestres ao participar o Terminal Rodoviário põe normas em termos de grandeza, pelo que a Câmara não pôde fazer o Terminal que entendia porque a área e o valor foram impostos. O matadouro só não foi demolido na altura porque o empreiteiro pediu para albergar lá algumas coisas, mas vai sê-lo com certeza antes da inauguração. Ainda têm que fazer o Regulamento para aquele espaço. Em relação aos raides de protecção não conseguem de facto colocá-los em todo o lado, e acha que a estrada das Gontijas é bem mais perigosa que a 348. O Regulamento das queimadas deixou de estar em vigor porque a Lei foi alterada e neste momento estão a aconselhar as pessoas a dar conhecimento à Câmara de que pretendem fazer uma queimada para que a Câmara dê conhecimento às pessoas dos cuidados a ter, e para evitar que a GNR intervenha, uma vez que há que cumprir determinadas distâncias em relação às casas e em relação à mata. -----

-----O Deputado Municipal João Costa solicitou o uso da palavra para fazer uma declaração de voto, em relação aos seus votos contra nos pontos que foram ali discutidos, e que não discutiu: “Em consideração a eu não ter recebido a documentação atempadamente nos termos da Lei e do Regimento, daí que eu não

ACTA DE 17/12/2004

fiquei com o espaço disponível para apreciar a documentação que veio a esta Assembleia e daí que votei contra porque não me foi enviada, atempadamente conforme estipula a Lei, a documentação.” -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal discordou do Deputado Municipal que o antecedeu quando este referiu que a documentação não foi enviada atempadamente. Afirmou que os serviços da Câmara enviaram atempadamente.-----

-----O Deputado Municipal João Costa argumentou que tinha que receber a documentação, no mínimo, 48 horas antes. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que se um dia verificar ou alguém em consciência lhe disser que está naquele lugar para prejudicar alguém, nessa altura abandona o lugar. Não admite que ninguém lhe diga que faz qualquer coisa por má fé. -----

-----O Deputado Municipal João Costa retomou a palavra e esclareceu que não disse nada do que o Presidente da Mesa estava a afirmar. O que disse foi que não recebeu a documentação atempadamente nos termos da Lei.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou mais uma vez que a documentação foi toda enviada no dia 13. -----

-----O Deputado Municipal João Paulo Henriques interveio dizendo que foi confrontado na sua freguesia com o facto do Centro de Saúde de Ferreira do Zêzere ter gabinete e duas fisioterapeutas, só que não tem equipamentos para as técnicas trabalharem. Questionou esta situação. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia a respeito deste assunto informou que já tentou junto do responsável do Centro de Saúde mas não conseguiu obter informações. Já tentou junto de outro médico que de facto confirmou que era verdade, que as técnicas não tinham equipamento. Sugeriu que se falasse com o

